

2024

RELATÓRIO TÉCNICO

88

Gestão estratégica e participativa do SUS

1. IDENTIFICAÇÃO DO TC/TA

NÚMERO DO TC:	88		
TÍTULO DO TC:	Gestão estratégica e participativa do SUS		
Objeto do TC:	Aperfeiçoamento e qualificação da Gestão Estratégica e Participativa do Sistema Unico de Saúde-SUS		
Número do processo:	25000049564/2015-66	Número do SIAFI:	685870
Data de início	30/12/2015	Data de término:	30/12/2025

DETALHAMENTO DO TA	Nº	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
TA:	1	recurso	R\$46.000.000,00
TA:	2	prorrogação	R\$0,00
Valor Total no TC:			R\$ 46.000.000,00

ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA CONTRAPARTE

Área técnica	Secretaria Executiva (SE/MS)		
Responsável:	Aila Vanessa David de Oliveira Sousa		
Endereço:	Ministério da Saúde – Esplanada dos Ministérios Bloco G – 3º andar – sala 319. Brasília/DF – CEP: 70058-900		
Telefone:	(61) 3315-2600	E-mail:	dgip@saude.gov.br

ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA OPAS/OMS

Área técnica	Coordenação de Sistemas e Serviços de Saúde e Capacidades Humanas para Saúde (HSS)		
Responsável:	Julio Pedroza		
Endereço:	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19 - Brasília, DF		
Telefone:	(61) 3251-9499	E-mail:	pedrozajul@paho.org

2. CONTEXTO

O Termo de Cooperação nº 88 foi firmado em 2015, com vistas ao aperfeiçoamento e à qualificação da gestão estratégica e participativa do SUS, sendo operacionalizado em parceria entre a Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde - OPAS/OMS no Brasil e o Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa, da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde - DGIP/SE/MS. A vigência inicial do TC88 seria de 5 anos (de 31/dez/2015 a 31/dez/2020), havendo sido prorrogado por igual período, por meio do 2º TA, até 31/dez/2025.

O TC foi concebido originalmente para apoiar os processos de fortalecimento institucional e desenvolvimento de capacidades da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa - SGEP/MS, conformada por quatro departamentos: o Departamento de Articulação Interfederativa - DAI, o Departamento de Apoio à Gestão Participativa - DAGEP, o Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS e o Departamento de Ouvidoria Geral do SUS - DOGES. A Matriz Lógica do TC reflete a intenção de tornar a cooperação técnica um mecanismo catalisador de processos de integração das ações desenvolvidas pela SGEP, por seus departamentos e outros atores do SUS na gestão estratégica e participativa e integra 3 (três) resultados esperados: "RE1 - Gestão do SUS fortalecida, mediante cooperação técnica, gestão compartilhada, aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, integração regional e controle público"; "RE2 - Participação e controle social ampliados e fortalecidos, mediante formação de lideranças sociais, apoio às organizações da sociedade civil e conselhos de saúde e aperfeiçoamento dos mecanismos de participação"; e "RE3 - Aperfeiçoamento de estratégias para qualificação do controle, do monitoramento e da transparência no SUS". Aos 3 RE se vinculam 10 indicadores para seu monitoramento e avaliação. Este desenho de ML busca romper a fragmentação burocrática tradicional, de tal forma que cada um dos três resultados aporta esforços para promover ações públicas integradas de gestão, participação e accountability.

Várias alterações da estrutura organizacional do Ministério da Saúde e mudanças nas prioridades político-estratégicas impactaram a execução das ações do TC88 ao longo dos anos, incluindo a elaboração dos instrumentos de planejamento e gestão, a execução do TC, os instrumentos de monitoramento e avaliação, até mesmo o atingimento dos Resultados Esperados, de tal maneira que exigiu da Coordenação reorientações e repactuações entre as partes OPAS, Ministério e instituições parceiras. Os Relatórios de semestres anteriores registram alguns desses momentos, que aqui mencionam-se apenas de maneira panorâmica para compreensão de gestão, como por exemplo:

- a) Em set/2018, o Ministério da Saúde promoveu uma reorganização funcional que decorreu na transferência das competências do DAI/SGEP para o Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa da Secretaria Executiva (DGIP/SE), migrando a gestão do TC para esse Departamento.
- b) A partir de 1º de janeiro de 2019, com a posse de nova gestão no Governo Federal, ocorreram novas mudanças na Organização e funcionamento do Ministério da Saúde como um todo, acarretando um processo de reestruturação regimental ao longo de 2019, que incluiu o desenho e a implantação de um novo organograma (Decreto nº 9,795, de 17 de maio de 2019), incluindo a extinção da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa - SGEP, cujos departamentos e atribuições foram formalmente remanejados, em geral, para o DGIP/SE, a Ouvidoria-Geral do SUS (vinculada à nova Diretoria de Integridade), o DENASUS (passou à condição de unidade de assistência direta e imediata ao Ministro) e outros departamentos que deverão assumir as competências relacionadas à promoção da equidade em saúde voltadas para populações em situação de vulnerabilidade (como, por exemplo, as Políticas Nacionais de Saúde Integral das Populações Negra, do Campo, da Floresta, das Águas, em Situação de Rua, LGBT, ciganos, etc, que anteriormente ficavam sob a gestão do DAGEP/SGEP).
- c) O período de 2020 a 2022 foi marcado pela pandemia Covid-19, considerada a maior emergência de saúde pública do século e que acabou por demandar a priorização dos melhores esforços do sistema de saúde às atividades de resposta direta e aos termos de cooperação que apoiavam diretamente no fortalecimento da vigilância em saúde, na reorganização dos serviços, na regularização das cadeias logísticas de insumos, nos processos de vacinação e de retomada dos serviços e da normalidade da gestão do SUS.
- d) No final do 1º sem/2020, foram retomadas as discussões a respeito do TC, sendo deliberada a sua prorrogação por mais cinco anos (até 31/dez/2025), com a publicação do 2º Termo de Ajuste - TA2.
- e) Em set/2019 foi iniciado um processo de discussão e revisão da Matriz Lógica do TC88, especialmente com vistas a atender o novo organograma do MS e às expectativas do DGIP/SE/MS. Tal processo foi interrompido pela premência do surgimento da pandemia Covid-19. Na ocasião, além do DGIP/SE, também manifestaram interesse na continuidade da cooperação via TC88 a Ouvidoria Geral do SUS e o DENASUS, de tal forma que definiu-se pela permanência do desenho original da Matriz Lógica do projeto, contemplando Resultados Esperados que atendam os três departamentos, mas também permitam um melhor planejamento, uma execução mais ágil e um acompanhamento das atividades desenvolvidas junto a cada um dos parceiros.
- f) O ano 2021 foi marcado por ações de desenvolvimento institucional entre o DGIP e as Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde - SEMS, algumas ações para retomada e fortalecimento da regionalização no SUS e de apoio ao desenvolvimento de capacidades do DENASUS, tendo o ano finalizado com a realização de encontros regionais e nacional de SEMS, cumprindo seus objetivos de desenvolver ações para o fortalecimento dos processos de gestão compartilhada do SUS, planejamento, monitoramento e avaliação.
- g) Ao longo de 2022, o DGIP/SE/MS passou por modificações no seu processo de condução das atividades devido principalmente a três trocas de gestão no âmbito do Departamento e na redefinição de estratégias após mudanças de gestão no âmbito da Secretaria Executiva.

Considerando-se a natureza político-estratégica dos Resultados Esperados do TC88, relacionados ao fortalecimento da governança do SUS, suas ações são diretamente impactadas também pelas oscilações políticas e, especialmente, pelos períodos eleitorais. Após as eleições de 2022, em Jan/2023, foi empossado um novo governo, que apresenta ao país uma proposta cujo lema central é "União e Reconstrução", o que significa a retomada dos esforços do Governo Federal para a recuperação de políticas públicas, em especial aquelas consideradas da área Social, como a Saúde, aquelas relacionadas à equidade, etc. Para melhor atender às propostas de governo aprovadas nas urnas, com a posse do novo governo foi publicada uma nova estrutura organizacional do Ministério da Saúde, que fortalece o DGIP nas funções de articulação interfederativa e de promoção e garantia da participação e do controle social, que reposiciona o Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS e a Ouvidoria Geral do SUS, ambos vinculados diretamente ao Gabinete da Ministra da Saúde, além de criar na estrutura formal de todos os Ministérios uma Assessoria de Participação Social e Diversidade, que será a responsável por impulsionar tais temas no conjunto das políticas públicas do país. Este processo de reorganização do Ministério da Saúde culminou com a publicação do Decreto Nº 11.798, de 28 de novembro de 2023.

Neste contexto, observou-se a retomada de ações pactuadas no TC88 relacionadas aos Resultados Esperados 2 e 3, em articulação entre OPAS, DGIP, Denasus e DOGES, que haviam sido abortadas durante a gestão anterior, mas que são consideradas fundamentais para o desenvolvimento do propósito deste TC, qual seja "Aperfeiçoar e qualificar a gestão estratégica e participativa do SUS". Destacam-se nestes Resultados Esperados a realização da "1ª Conferência Livre Nacional de Gestão Interfederativa e Participativa: Caminhos e Desafios na Defesa do SUS", do "Encuentro Latinoamericano en Defensa de los Sistemas Universales", as Oficinas Regionais do Sistema Nacional de Auditoria - SNA, a ação transversal de intensa e consistente participação na 17ª Conferência Nacional de Saúde, o apoio à realização de grandes eventos que facilitam o diálogo e a articulação entre os gestores do SUS - como o Congresso Nacional do CONASEMS - e a realização das Caravanas Interfederativas nos diversos estados e a participação no processo de revisão das Funções Essenciais de Saúde Pública - FESP.

Considera-se, a priori, que o TC88 vem cumprindo seus objetivos e colaborando para a consecução dos resultados esperados. Os recursos financeiros destinados à cooperação foram executados quase que na totalidade no período compreendido entre dez/2015 e 2023, restando a este 1º semestre de 2024 recursos residuais, especialmente dedicados ao cumprimento de contratos em execução e compromissos firmados anteriormente, dedicados em especial a Carta Acordo com o CONASEMS, contratos por produtos, etc. Desta maneira, pode-se considerar que o TC88 encontra-se em fase de conclusão, devendo em breve iniciar-se o processo de encerramento com a conformação de grupo interinstitucional para análise de seus efeitos.

3. 1º SEMESTRE DE 2024

3.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	1 RE1. Gestão do SUS fortalecida, mediante cooperação técnica, gestão compartilhada, aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, integração regional e controle público.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Numero de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas; 2. Numero de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas; 3. Numero de iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas; 4. Numero de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão; 5. Numero de ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde. 6. Numero de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas. 7. Numero cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados. 8. Número de cooperações visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas. 9. Número de iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão realizadas. 10. Número de ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde realizadas.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1. 20 cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas; 2. 10 cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas; 3. 4 iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas; 4. 12 cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão; 5. 12 ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde; 6. 10 estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas; 7. 8 cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizadas; 8. 16 cooperações visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas; 9. 12 iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão realizadas; 10. 10 ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde realizadas.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	6
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	4

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

Durante o primeiro semestre de 2024, o Resultado Esperado nº 1 foi aquele com a maior quantidade de atividades

planejadas no Plano de Trabalho Anual e executadas, sendo:

- 1 - Apoiar as reuniões da Comissão Intergestores Tripartite-CIT;
- 2 - Desenvolver ações do projeto de fortalecimento da regionalização no SUS e Planejamento Regional Integrado - PRI;
- 4 - Desenvolver ações para o fortalecimento dos processos de gestão compartilhada do SUS, planejamento, monitoramento e avaliação; e
- 6 - Apoio a entidades parceiras no âmbito nacional, estadual, municipal e internacionais.

Com vistas ao fortalecimento dos processos de gestão compartilhada do SUS, planejamento, monitoramento e avaliação, o TC88 vem apoiando, desde 2022, ao longo de 2023 e concluindo-se em fev/2024, o projeto de Formação em Análise de Situação de Saúde para Apoiadores Institucionais do Ministério da Saúde, que é desenvolvido por meio de carta acordo desta OPAS/OMS com a Universidade Federal de Goiás (via Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural - Fundação RTVE). Tal projeto soma-se a outras estratégias de apoio ao desenvolvimento de capacidades institucionais e competências técnicas para a governança do SUS, com participação dos trabalhadores e equipes de apoio institucional das Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde - SEMS e do DGIP em Curso Introdutório de ASS e Curso de Aperfeiçoamento em ASS (três turmas, em modalidade híbrida - virtual + presencial). O projeto foi encerrado em fev/2024 (a sessão de encerramento acadêmico se deu em dez/2023, com ampla participação de docentes, discentes e representantes do Ministério da Saúde, da UFG e da OPAS, no campus da Fiocruz Brasília - Escola de Governo em Saúde).

O projeto "Fortalecimento da Rede de Governança da Informação e Informática" com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Tocantins - COSEMS/TO foi iniciado em 2021 e concluído em fev/2024, sendo evidenciado que possibilitou a indução do processo de melhoria da governança no âmbito dos municípios do Tocantins, especialmente no que toca à alimentação e à utilização dos sistemas de informação do SUS para a tomada de decisões pelos gestores quanto às estratégias adotadas pelas equipes, incluindo monitoramento e avaliação qualitativa dos dados inseridos, com vistas a maior precisão e efetividade das ações do SUS.

Ao longo de todo o semestre a Comissão Intergestores Tripartite recebeu o apoio da Cooperação por meio da contratação de estudos, pesquisas e documentos técnicos que subsidiaram os processos de discussão técnica dos temas, pactuação entre os gestores, inclusive com a realização das Reuniões Ordinárias da CIT nas dependências da OPAS/OMS.

Dentre as atividades relacionadas ao desenvolvimento do projeto de fortalecimento da regionalização no SUS e do Planejamento Regional Integrado - PRI, registra-se que por meio da cooperação, foi possível apoiar o DGIP/SE/MS nos processos de articulação, monitoramento e avaliação técnica e de gestão do Projeto "Rede Colaborativa para Fortalecimento da Gestão Municipal do SUS" em diversas Regiões de Saúde do país, alinhamentos em relação ao "Projeto de Fortalecimento da Gestão Estaduais do SUS" (financiado majoritariamente com recursos do PROADI-SUS), realizar visitas técnicas às Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde - SEMS e aos Colegiados de Secretarias Municipais de Saúde de diversos estados, destacadamente Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, São Paulo, Sergipe, Tocantins.

Foram também realizadas diversas oficinas, seminários e outras atividades de Planejamento Regional Integrado, em seus vários aspectos, fases e ferramentas, como análise de situação de saúde, definição de macroproblemas, discussão e identificação de prioridades sanitárias, modelagem de redes prioritárias / desenho de redes de atenção - RAS, regionalização, definição de diretrizes e proposições metodológicas para elaboração da Programação Geral das Ações e Serviços de Saúde - PGASS, assim como atividades de validação de tais instrumentos. Outros eventos realizados com o apoio da cooperação e que também se somam aos esforços relacionados a este Resultado Esperado 1 e que merecem ser registrados neste relatório anual são: o "I Seminário de Planejamento, Financiamento e Economia da Saúde", o Curso sobre o "Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS", Oficinas Macrorregionais / Regionais para articulação institucional no âmbito do Projeto Mais Médicos, o "Encontro Nacional da Rede Colaborativa para Fortalecimento da Gestão Municipal do SUS", o Fórum "Caminhos da Regionalização: Desafios e Perspectivas", abertura do projeto "Saúde Redes: Estratégias para o Fortalecimento da Regionalização, da Gestão e do Cuidado em Rede em Municípios de Pequeno Porte".

Também entende-se como merecedora de destaque na cooperação a participação técnica e de gestão nas Caravanas

Federativas (que é uma iniciativa do Governo Federal, coordenada pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, cujo objetivo é disseminar informações, debates desafios e prioridades e articular respostas conjuntas entre a União, Estados e Municípios, de maneira intersetorial, e vem sendo realizada em todo o país em integração com o conjunto dos ministérios),

Por fim, com o objetivo principal de consolidar e dar condições para o funcionamento de mecanismos de governança colaborativa, foram planejadas, demandadas, executadas e monitoradas diversas ações de maneira alinhada entre o Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa - DGIP e a Secretaria Executiva - SE do Ministério da Saúde, incluindo contratações de produtos técnicos que visam subsidiar técnicos ao seu fortalecimento institucional nas coordenações do próprio DGIP/SE e junto às Superintendências Estaduais do MS - SEMS, para apoiar o fortalecimento da gestão tripartite do SUS, a produção e o estabelecimento de consensos entre os entes federativos e, ainda, para a construção de mecanismos de pactuação internos e externos que favoreçam a integração das políticas de saúde nos territórios.

Com vistas à conformação de laços com entidades parceiras no âmbito nacional, estadual, municipal e internacional, o TC88 permitiu a formalização de projetos com: o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS (Cartas Acordo LOA SCON2023-00032 e SCON2023-00120) para a realização do “XXXVIII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde” que aconteceria em jul/2024, no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, contando com a participação presencial de mais de 10.000 gestores, técnicos e profissionais de saúde, além de usuários e pesquisadores, que debateriam o tema central do congresso, voltado a orientações para o enca3rramento das gestões municipais devido às eleições 2024 e orientações para a transição de gestão para 2025. Foi proposta ampla programação, que permitiria a discussão diversos assuntos relevantes para este RE1, incluindo estratégias para organização das Regiões de Saúde, a regionalização, os instrumentos de gestão do SUS, a Atenção Básica / Atenção Primária à Saúde, a resposta a emergências de saúde pública, a organização das redes de atenção, o financiamento, a assistência farmacêutica, a vigilância em saúde, os processos de judicialização e outros temas relacionados à gestão do SUS como um todo. Ademais, o congresso contaria também com a realização da “19ª Mostra Brasil, Aqui Tem SUS”, com apresentação de 500 experiências exitosas desenvolvidas pelas equipes de saúde e Secretarias Municipais de Saúde, com o objetivo de proporcionar um espaço de troca de experiências entre os profissionais, técnicos e gestores. Na ocasião a OPAS outorgou o Prêmio "APS Forte - Caminho para a Saúde Universal" a três experiências melhor avaliadas pelas bancas julgadoras online e presencial. Porém, o Congresso e a Mostra precisaram ser adiados pelo CONASEMS devido ao estado de calamidade pública em decorrência das chuvas e enchentes nos municípios do RS, que impossibilitaram a infraestrutura para realização do evento em Porto Alegre.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Durante o 1º sem/2024 o tema da governança do SUS, na perspectiva da gestão tripartite e participativa, voltou a ser objeto estratégico na agenda política do Ministério da Saúde e, por consequência, o Termo de Cooperação em questão vem retomando sua relevância junto ao DGIP/SE/MS. Como se pôde observar, as ações pactuadas em PTA foram plenamente realizadas e até várias outras que não estavam inicialmente previstas, de tal modo que, durante o 3º quadrimestre de 2023, foi desenhado um novo Termo de Cooperação, que se somará ao TC88 no fortalecimento da governança do SUS nas três esferas de governo. O TC167 foi assinado em dez/23 e iniciou sua execução neste 1º sem/2024.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

As atividades realizadas no 1º semestre para o alcance do Resultado Esperado 1, no âmbito da cooperação técnica com o MS, estão voltadas ao fortalecimento da gestão interfederativa, compartilhada com as Secretarias Estaduais de Saúde (representadas pelo CONASS) e as Secretarias Municipais de Saúde (representadas pelo CONASEMS), e têm correlação com os indicadores a seguir:

- 1 - Número de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas;
- 2 - Número de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas;
- 5 - Número de ações de cooperação técnica que contribuam para a estruturação do sistema de saúde;
- 6 - Número de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas.

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	2 RE2. Participação e controle social ampliados e fortalecidos, mediante formação de lideranças sociais; apoio às organizações da sociedade civil e conselhos de saúde; e aperfeiçoamento dos mecanismos de participação.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Numero de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas; 2. Numero de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas; 3. Numero de iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas; 4. Numero de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão; 5. Numero de ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde. 6. Numero de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizados. 7. Numero cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados. 8. Número de cooperações visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas. 9. Número de iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão. 10. Número de ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1. 20 cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas; 2. 10 cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas; 3. 4 iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas; 4. 12 cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão; 5. 12 ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde. 6. 10 estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizados. 7. 8 cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados. 8. 16 cooperações visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas. 9. 12 iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão realizadas. 10. 10 ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde realizadas.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	2
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	2

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No Plano de Trabalho Anual 2024 foram planejadas duas ações vinculadas ao Resultado Esperado 2:

2- Desenvolver ações para fortalecimento da participação social em saúde.

Durante o 1º semestre 2024, a ação prioritária da cooperação relacionada ao tema da Participação Social foi o apoio à preparação e realização da 17ª Conferência Nacional de Saúde. As etapas municipal e estadual aconteceram desde 2022 até maio/2023. Em paralelo, o regimento da 17 CNS propôs a realização de Conferências Livres, que permitam o diálogo, o debate e a proposição de diretrizes sobre temas específicos da saúde, ampliando a participação de atores específicos no processo da Conferência e permitindo a indicação de delegados a partir de tais fóruns. Especificamente e de maneira destacada, o TC apoiou a organização e a realização da "1ª Conferência Nacional Livre de Gestão Interfederativa e Participativa: Caminhos e Desafios na Defesa do SUS", que aconteceu em Brasília (Campus da Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília - UnB) nos dias 16 e 17/mai/2023, com ampla participação de gestores, técnicos, representantes de movimentos sociais, do Ministério da Saúde, das Superintendências Estaduais do MS, etc. As diretrizes e propostas desta conferência foram enviadas ao Conselho Nacional de Saúde para debate durante a Etapa Nacional da 17ª CNS, da qual participaram os delegados votados na 1CNLGIP. Ainda com o apoio direto ou indireto da Cooperação, o conjunto das etapas preparatórias da 17CNS mobilizaram cerca de 2 milhões de participantes, incluindo as 99 Conferências Livres Nacionais realizadas por diversos segmentos da sociedade civil.

Também merece destaque a apoio à realização da Etapa Nacional da 17ª Conferência Nacional de Saúde, que aconteceu em Brasília, no período de 02 a 05/jul/2023. A partir do tema "Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia – Amanhã vai ser outro dia", as discussões foram norteadas a partir dos quatro eixos temáticos: "I - O Brasil que temos. O Brasil que queremos"; "II - O papel do controle social e dos movimentos sociais para salvar vidas"; "III - Garantir direitos e defender o SUS, a vida e a democracia"; e "IV - Amanhã vai ser outro dia para todas as pessoas". Apenas da Etapa Nacional, participaram 5.815 pessoas, sendo 3.526 pessoas delegadas eleitas nas etapas Municipais e Estaduais e 373 delegadas eleitas nas Conferências Livres. Além dos delegados/as, dentre as pessoas da categoria "Convidados/as" contou-se com a participação de representantes de 17 países, que atenderam ao convite do CNS, do MS e da OPAS. Ademais, durante a Etapa Nacional foram realizadas 42 atividades autogestionadas, em programação paralela, de caráter não deliberativo, sob responsabilidade de várias organizações e instituições proponentes, abrangendo diversidade de temas e pautas relacionados aos direitos humanos e às políticas de saúde. A 17ª CNS resultou na aprovação de 245 diretrizes, 1198 propostas e 53 moções, que foram publicadas na Resolução CNS nº 719, de 17 de agosto de 2023.

Também merece destaque a realização do "Encontro para Construção e Fortalecimento de Sistemas Universais de Saúde nos Países Latino-Americanos" / "Encuentro Latinoamericano en Defensa de los Sistemas Universales", em Brasília, nos dias 30/jun e 01/jul/2023, como atividade preliminar à 17ª Conferência Nacional de Saúde e também ao Congresso da Associação Latino-Americana de Medicina Social - ALAMES (que acontecerá em Buenos Aires, Argentina). O encontro foi organizado pelo Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - CEBES, em parceria com o Ministério da Saúde (DGIP/SE e Assessoria de Participação Social e Diversidade/GM) e a OPAS/OMS no Brasil, reunindo autoridades, gestores, técnicos, profissionais e acadêmicos latino-americanos do campo da saúde com o objetivo analisar os processos em curso de reforma do setor rumo à universalização do direito à saúde na conjuntura política e contexto da América Latina.

Por fim, para além das atividades pactuadas previamente no PTA, foram desenvolvidas outras atividades relevantes no âmbito da cooperação e que contribuem para o alcance do RE2 do TC88. Dentre elas, menciona-se o projeto de adaptação das "Funções Essenciais de Saúde Pública - FESP Renovadas para o Século XXI". A metodologia desenvolvida pela OPAS/OMS propôs 11 FESP, organizadas conforme o Ciclo de Políticas Públicas. Entre elas, merecem destaque - por guardar estreita relação com as competências do DGIP - a "FESP 4- Políticas, legislação e marcos regulatórios" e a "FESP 5 - Participação Social", que contaram com forte participação da equipe técnica e de gestão do DGIP/SE e de diversos outros setores do Ministério da Saúde junto ao grupo de pesquisadores da ABRASCO no processo de discussão para adaptação da metodologia e dos instrumentos às necessidades do Brasil, às características e particularidades do SUS, processo que vem indicando inclusive a necessidade de se propor a criação de uma "FESP 13 - Regionalização".

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Durante o 1º sem/2024 o tema da governança do SUS, na perspectiva da gestão tripartite e participativa, voltou a ser objeto estratégico na agenda política do Ministério da Saúde e, por consequência, o Termo de Cooperação em questão vem retomando sua relevância junto ao DGIP/SE/MS. Como se pôde observar, as ações pactuadas em PTA foram plenamente realizadas e até várias outras que não estavam inicialmente previstas, de tal modo que, durante o 3º quadrimestre de 2023, foi desenhado um novo Termo de Cooperação, que se somará ao TC88 no fortalecimento da governança do SUS nas três esferas de governo. O TC167 foi assinado em dez/23 e iniciou sua execução neste 1º sem/2024.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

N/a

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	3 RE3. Aperfeiçoamento de estratégias para qualificação do controle, do monitoramento e da transparência no SUS.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Numero de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas; 2. Numero de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas; 3. Numero de iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas; 4. Numero de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão; 5. Numero de ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde. 6. Numero de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas. 7. Numero cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados. 8. Número de cooperação visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas. 9. Número de iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão. 10. Número de ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1. 20 cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas; 2. 10 cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas; 3. 4 iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas; 4. 12 cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão; 5. 12 ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde. 6. 10 estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizados. 7. 8 cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados. 8. 16 cooperações visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas. 9. 12 iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão realizadas. 10. 10 ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde realizadas.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	1
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	1

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No Plano de Trabalho Anual 2024 foi planejada a seguinte ação vinculada ao Resultado Esperado 3:

1- Apoiar na retomada de ações de governança da Auditoria do SUS.

Para tal, ao longo do ano a cooperação apoiou o Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS na realização de cinco "Oficinas Regionais do Sistema Nacional de Auditoria - SNA do SUS", que aconteceram nas regiões Sul (em Porto Alegre/RS, nos dias 28 a 30/ago/2023), Sudeste (em São Paulo/SP, nos dias 24 a 27/set/23), Centro-Oeste (em Goiânia/GO, nos dias 21 a 23/jun/23), Nordeste (em Salvador/BA, nos dias 15 a 17/ago/23) e Norte (em Belém/PA, nos dias 23 a 25/out/23), com participação de representantes dos componentes do Sistema Nacional de Auditoria do SUS dos estados - auditores(as), referências técnicas e gestores com destaque para as Superintendências Estaduais dos Ministério da Saúde. Ademais, foi realizada a Oficina de Planejamento Estratégico da Auditoria Geral do SUS, nos dias 21 a 23/nov/2023, em Brasília, cujo objetivo foi promover o diálogo entre os diversos atores envolvidos no SNA para a elaboração de um plano de ação para o período de 4 anos, que oriente as atividades da AudSUS de forma estratégica e alinhada aos objetivos organizacionais: identificar e analisar os problemas existentes no Departamento, bem como suas causas e efeitos; Propor soluções e estratégias para superar os desafios identificados; e Estimular o engajamento e a colaboração entre os participantes, promovendo um ambiente de trabalho mais coeso e eficiente. O resultados foi o Planejamento Estratégico da Auditoria Geral do SUS.

Entrega dos seguintes produtos:

- * Relatório técnico contendo sistematização dos referenciais estratégicos e Mapa Estratégico do DenaSUS (Nov/23)
- * Relatório técnico contendo proposta de plano de ação do DenaSUS resultante das atividades construídas coletivamente entre todos os trabalhadores do Departamento (Jan/24)
- * Relatório técnico contendo a sistematização do processo de elaboração do Planejamento Estratégico do DenaSUS (Mar/24)

Considerando a retomada da auditoria do SUS enquanto processo estratégico para a gestão do sistema de saúde, com vistas a fortalecer suas competências e garantir a prestação de serviços de maneira universal, integral, com equidade, eficiência e qualidade; e considerando a que a agenda de cooperação técnica com o AudiSUS vem se desenvolvendo de maneira crescente, ao longo do 2º semestre de 2023 foi desenhado um projeto específico de cooperação entre AudiSUS e OPAS, que logrou a celebração do Termo de Cooperação nº 165, em dez/2023. Desta forma, a partir de 2024, as atividades antes vinculadas a este RE3 do TC88 passarão a ser desenvolvidas com instrumentos e recursos próprios, de maneira mais sustentável e estável. O TC165 foi concebido para atender ao propósito de fortalecer, qualificar e aprimorar a governança e a gestão em Auditoria do SUS e do SNA, tendo 5 objetivos específicos: 1- Fortalecer a gestão e a governança do DENASUS; 2-Fomentar a melhoria da qualidade da auditoria do SUS; 3-Fomentar a capacitação e a inovação em auditoria; 4-Estimular a articulação e a integração dos componentes do SNA; e 5-Promover a gestão do conhecimento e do intercâmbio de experiências. Para tal foram pactuados 4 Resultados Esperados.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Durante o 1º sem/2024 o tema da governança do SUS, na perspectiva da gestão tripartite e participativa, voltou a ser objeto estratégico na agenda política do Ministério da Saúde e, por consequência, o Termo de Cooperação em questão vem retomando sua relevância junto ao DGIP/SE/MS. Como se pôde observar, as ações pactuadas em PTA foram plenamente realizadas e até várias outras que não estavam inicialmente previstas, de tal modo que, durante o 3º quadrimestre de 2023, foi desenhado um novo Termo de Cooperação, que se somará ao TC88 no fortalecimento da governança do SUS nas três esferas de governo. O TC167 foi assinado em dez/23 e iniciou sua execução neste 1º sem/2024.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

N/a

3.2 CONTRIBUIÇÃO ÀS PRIORIDADES DO GOVERNO E AO PLANO ESTRATÉGICO DA OPAS

O TC88, celebrado entre a OPAS/OMS no Brasil e o Ministério da Saúde, tem por objetivo principal apoiar as iniciativas do país para a implantação / implementação da "Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS", visando contribuir para o alcance de seus objetivos e, em última instância, para os processos de garantia e construção de bases para o direito à saúde dos brasileiros, expresso nos princípios constitucionais da universalidade, da integralidade, da equidade e da participação social, assim como os princípios organizativos do SUS: a descentralização, o comando único e a regionalização.

As ações desenvolvidas no âmbito do TC88 aportam, portanto, ao fortalecimento do sistema de saúde nacional, a partir do aprimoramento de seus processos de gestão, dentre os quais, o planejamento e a pactuação interfederativa (envolvendo os três níveis de governo: União, Estados e Municípios) e os gestores do SUS (Ministério da Saúde, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais), a gestão participativa, o controle social e a participação da comunidade, as ações de controle, monitoramento e avaliação da ação pública e de atores vinculados, os mecanismos de transparência, os processos de educação permanente e a educação em saúde, envolvendo os diversos atores do sistema, como gestores, profissionais da saúde, prestadores de serviços, usuários e cidadãos.

Assim, as ações e atividades planejadas e executadas neste Termo de Cooperação contribuem para o alcance de objetivos de políticas nacionais, e colaboram para o desenvolvimento e concretização de compromissos internacionais do Brasil e da Região expressos em diversos diplomas e tratados. Entre eles, ressaltam-se o Plano Estratégico da OPAS 2020-2025, no que se refere aos Resultados Intermediários (RIM): "1-Acesso a serviços de saúde integrais e de qualidade", "9-Fortalecimento da gestão e governança" e "10-Aumento do financiamento público para a saúde". Também aporta diretamente às prioridades expressas na Estratégia de Saúde Universal (CD53, 2014), com destaque para as linhas prioritárias de "fortalecimento do papel condutor das autoridades nacionais e da governança do sistema de saúde", de "fortalecimento da coordenação intersetorial para abordar os determinantes sociais da saúde" e de "redução de barreiras, inclusive financeiras, para o acesso da população aos serviços de saúde necessários". Por fim, registra-se a inclusão, dentre as ações estratégicas do TC88 e da cooperação com o DGIP/SE/MS o projeto de adaptação das Funções Essenciais de Saúde Pública - FESP às necessidades de saúde do Brasil, às características e particularidades do SUS, metodologia que, acredita-se, possui grande potencial para apoiar o país no desenvolvimento das competências de liderança e governança das autoridades nacionais, estaduais e até mesmo municipais para o fortalecimento do sistema de saúde nacional.

3.3 LIÇÕES APRENDIDAS/RECOMENDAÇÕES

Destaca-se para o TC88 a recomendação de constante aprimoramento dos processos de planejamento de maneira conjunta entre as áreas técnicas e de gestão do Ministério da Saúde e da OPAS/OMS, de modo que a cooperação técnica seja catalizadora de processos nacionais que potencializem e qualifiquem a governança no SUS, com vistas à concretização de seus princípios e alinhados com as orientações que regem as Administrações Públicas brasileira e internacional. Além disso, um planejamento mais consistente permitirá a solicitação de apoios com prazos adequados, evitando riscos de ineficiência, falta de qualidade e, até mesmo, necessidades de cancelamentos, o que pode gerar prejuízos ao projeto e riscos reputacionais à OPAS/OMS e ao DGIP/SE/MS.

3.4 RESUMO SEMESTRAL: 1º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	6	4	0	50%
2	2	2	0	75%
3	1	1	0	50%
Total:	9	7	0	58%

3.5 EXECUÇÃO FINANCEIRA (de acordo com o relatório financeiro oficial da OPAS/OMS)

Recursos repassados:	US\$ 13,045,380.13
Recursos desembolsados:	US\$ 12,667,846.81
Pendente de pagamento:	US\$ 354,754.91
Saldo:	US\$ 22,778.41